



# RELATÓRIO

## EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Al. c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

# INDÍCE

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	4
2.1	BALANÇOS .....	4
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	7
2.2.1	PROVEITOS .....	9
2.2.2	CUSTOS.....	10
2.2.3	RESULTADOS .....	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA .....	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO ....	13
3	CONCLUSÃO.....	16

# 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município Alfândega da Fé.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2011 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 31/8/2011. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras credíveis à data de 31/8/2010.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2011 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2011 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**

## 2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económico financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

### 2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil e falível uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2011 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 31 de Agosto (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2011, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 31/8/2011 face ao Balanço do PSF em 2011 (final do ano).**

Ao nível do **Activo** tudo parece indicar que o valor do investimento realizado ficará em linha com o previsto no PSF, no final do ano de 2011. No entanto, foram realizados alguns investimentos não comparticipados (e não previstos no PSF) cujo efeito é, sempre, significativo ao nível do endividamento.

Na actual conjuntura económica e financeira do país, para cumprir o objectivo do equilíbrio financeiro, será importante realizar só investimentos participados, conforme o previsto no PSF. Por outro lado, as disponibilidades apresentam um valor inferior (face ao estimado). Em relação ao **Passivo** verifica-se que apresenta um valor acima do previsto, quer nas dívidas MLP porque ainda faltam pagar as prestações de capital até ao final do ano de 2011, quer nas dívidas de curto prazo, nomeadamente, em consequência das dívidas surgidas, após a data de referência (30/04/2010) do saneamento financeiro, que ainda não tinham sido registadas.

O registo da provisão de imobilização financeira, no valor de 819.941,39 Euros, corresponde à transferência da propriedade da quota na Alfandegatur que deverá ocorrer até ao final do ano de 2011.

A matéria relativa à dificuldade em conseguir quer os resultados líquidos quer os meios libertos previstos no PSF, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados. Saliente-se que todas as correcções de exercícios anteriores materialmente relevantes foram registadas por contrapartida de Resultados Transitados.

Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 8-2011	Real corrigido 8-2011	% Desvio	Notas
<b>ACTIVO</b>									
Imobilizado Bruto	29.235.491	33.728.673	27.430.347	-6	31.116.191	35.554.998	29.047.882	-7	a)
Bens de domínio público	13.080	6.431.369	133.043	917	13.080	7.278.217	771.100	5.795	
Imobilizações Incorpóreas	120.846	135.067	135.067	12	120.846	147.638	147.638	22	
Imobilizações Corpóreas	8.420.312	7.959.212	7.959.212	-5	10.301.012	8.234.195	8.234.195	-20	
Investimentos financeiros	452.029	452.029	452.029	0	452.029	1.470.924	1.470.924	225	
Imobilizado Curso	20.229.224	18.750.996	18.750.996	-7	20.229.224	18.424.024	18.424.024	-9	
Amortizações Acumuladas	2.112.752	1.945.950	2.107.482	0	2.651.610	1.943.207	2.302.446	-13	b)
Existências	0	6.976	6.976	-	0	130.512	130.512	-	
Matérias-Primas	0	6.976	6.976	-	0	130.512	130.512	-	
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras	0	0	0	-	0	0	0	-	
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros M/L prazo	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros curto prazo	55.283	1.967.011	1.967.011	3.458	62.204	1.458.619	1.458.619	2.245	
Clientes, Contribuintes e Utentes	55.283	69.011	69.011	25	62.204	172.668	172.668	178	
Outros	0	1.898.000	1.898.000	-	0	1.285.951	1.285.951	-	
Provisões para cobranças duvidosas	0	0	0	-	0	0	0	-	
Disponibilidades	1.624.868	421.164	421.164	-74	1.252.712	363.098	363.098	-71	
Acréscimos e Diferimentos	6.797	69.877	69.877	928	6.797	25.491	25.491	275	
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>28.809.686</b>	<b>34.247.751</b>	<b>27.787.892</b>	<b>-4</b>	<b>29.786.293</b>	<b>35.589.510</b>	<b>28.723.155</b>	<b>-4</b>	
<b>PASSIVO</b>									
Provisões para riscos encargos	0	0	0	-	0	819.941	819.941	-	
Dividas a terceiros M/L Prazo	18.199.387	17.958.385	17.958.385	-1	17.122.164	17.557.024	17.557.024	3	
Dividas instituições crédito	18.174.449	17.933.586	17.933.586	-1	17.122.164	17.557.024	17.557.024	3	
Dividas Fornecedores Imobilizado	24.938	24.799	24.799	-1	0	0	0	-	
Outras Dívidas	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas a terceiros curto prazo	594.825	1.218.572	1.218.572	105	603.536	2.702.609	2.702.609	348	
Dividas instituições crédito	0	0	0	-	0	100.000	100.000	-	
Fornecedores	191.076	833.115	833.115	336	186.425	1.459.134	1.459.134	683	
Estado e outros entes públicos	46.898	41.006	41.006	-13	60.260	40.430	40.430	-33	
Outras Dívidas	356.851	344.452	344.452	-3	356.851	1.103.045	1.103.045	209	
Acréscimos custos	162.421	829.409	829.409	411	162.421	576.846	576.846	255	
Proveitos Diferidos	1.508.270	2.675.060	2.675.060	77	2.036.888	2.773.540	2.773.540	36	
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>20.464.903</b>	<b>22.681.426</b>	<b>22.681.426</b>	<b>11</b>	<b>19.925.008</b>	<b>24.429.960</b>	<b>24.429.960</b>	<b>23</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>									
Património	3.998.917	10.327.244	3.998.917	0	3.998.917	10.377.244	4.048.917	1	a) c)
Reservas	960.697	968.672	968.672	1	960.697	1.000.000	1.000.000	4	
Resultados Transitados	2.119.005	-356.146	-326.146	-115	3.385.168	-675.121	-853.911	-125	a) c)
Resultados Líquidos	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	457.428	98.189	-94	
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>8.344.783</b>	<b>11.566.324</b>	<b>5.106.466</b>	<b>-39</b>	<b>9.861.284</b>	<b>11.159.551</b>	<b>4.293.195</b>	<b>-56</b>	
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>28.809.686</b>	<b>34.247.751</b>	<b>27.787.892</b>	<b>-4</b>	<b>29.786.293</b>	<b>35.589.510</b>	<b>28.723.155</b>	<b>-4</b>	

Notas:

a) Corrigido pela reavaliação do património efectuada no valor de 6.298.326,54 Euros até 31/12/2010 (contrapartida conta 51 - Património). Em 2011 foi efectuada uma reclassificação patrimonial no valor de 208.790,05 Euros, por contrapartida da conta Resultados Transitados. Não foi efectuada qualquer correcção respeitante aos abates/alienações efectuadas não previstas no PSF.

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

c) Corrigido pela aplicação de resultados de 2009 no valor de 30.000 Euros.

## **2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2011.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, pelo que uma análise descuidada enfermará de vários e evidentes vícios.

Mapa 2  
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% desv.	Previsão PSF 8-2011	Real 8-2011	Real corrigido 8-2011	% desv.	Notas
Vendas	163.591	225.248	225.248	38	111.253	118.933	118.933	7	
Produtos	163.591	168.748	168.748	3	111.253	92.027	92.027	-17	
Mercadorias	0	56500	56.500	-	0	26.905	26.905	-	
Prestação serviços	460.506	388.655	388.655	-16	357.491	397.123	356.827	0	d)
Outros prov. e ganhos operac.	7.709	13.373	13.373	73	5.191	8.618	8.618	66	
Var. da Produção	0	0	0	-	0	0	0	-	
Impostos e Taxas	402.037	445.994	445.994	11	294.945	393.734	393.734	33	
Transf. e Sub. Obtidos	6.166.571	6.023.631	6.023.631	-2	4.205.351	3.852.974	3.852.974	-8	
Trabalhos Própria Entidade	1.070.000	990.093	990.093	-7	720.467	0	0	-100	
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Descontos pp obtidos	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>8.270.414</b>	<b>8.086.995</b>	<b>8.086.995</b>	<b>-2</b>	<b>5.694.697</b>	<b>4.771.383</b>	<b>4.731.087</b>	<b>-17</b>	
C.M.V	309.035	341.539	203.704	-34	208.083	97.326	47.889	-77	
Mercadorias	0	18.799	0	-	0	-456	0	-	a)
Produtos	309.035	322.740	203.704	-34	208.083	97.782	47.889	-77	b)
Fom. Serv. Ext.	1.874.686	2.169.362	2.307.197	23	1.212.297	1.412.547	1.461.984	21	a) b)
Subcontratos	256.831	221.247	221.247	-14	166.084	121.389	121.389	-27	
Trabalhos Especializados	488.981	668.459	668.459	37	316.208	492.254	492.254	56	
Electricidade/Combustíveis	337.388	386.105	386.105	14	218.178	261.550	261.550	20	
Conservação e Reparação	57.907	64.658	64.658	12	37.447	55.538	55.538	48	
O.F.S.E	733.578	828.894	966.728	32	474.381	481.816	531.252	12	
Custos com pessoal	2.856.819	2.858.729	2.858.729	0	1.899.547	1.775.567	1.775.567	-7	
Amortizações	445.823	284.291	445.823	0	359.239	0	359.239	0	c)
Provisões	0	0	0	-	0	0	0	-	
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	705.286	704.984	704.984	0	468.499	298.065	298.065	-36	
Outros custos exploração	0	20.442	20.442	-	0	74.231	74.231	-	
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfa.	0	0	0	-	0	0	0	-	
Desc. pp concedidos	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>6.191.649</b>	<b>6.379.347</b>	<b>6.540.879</b>	<b>6</b>	<b>4.147.664</b>	<b>3.657.736</b>	<b>4.016.975</b>	<b>-3</b>	
<b>RESULTADOS EXPLORA.</b>	<b>2.078.765</b>	<b>1.707.647</b>	<b>1.546.116</b>	<b>-26</b>	<b>1.547.033</b>	<b>1.113.647</b>	<b>714.112</b>	<b>-54</b>	
Prov. e ganhos extraor.	149.383	91.450	91.450	-39	274.722	77.948	77.948	-72	
Cust. e perdas extraord.	547.699	704.415	704.415	29	415.127	264.852	264.852	-36	
<b>R. ANTES FUN. FINANC.</b>	<b>1.680.448</b>	<b>1.094.682</b>	<b>933.150</b>	<b>-44</b>	<b>1.406.627</b>	<b>926.742</b>	<b>527.208</b>	<b>-63</b>	
Prov. e ganhos finance.	89.985	1.038	1.038	-99	72.590	746	41.042	-43	d)
Cust. e perda financ.	504.269	469.165	469.165	-7	468.216	470.060	470.060	0	
juros suportados	484.269	431.492	431.492	-11	464.882	449.283	449.283	-3	
outros	20.000	37.673	37.673	88	3.333	20.777	20.777	523	
<b>RESUL. ANTES IMPOSTOS</b>	<b>1.266.163</b>	<b>626.554</b>	<b>465.023</b>	<b>-63</b>	<b>1.011.001</b>	<b>457.428</b>	<b>98.189</b>	<b>-90</b>	
Imp. Sobre Rendimento	0	0	0	-	0	0	0	-	
<b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	<b>1.266.163</b>	<b>626.554</b>	<b>465.023</b>	<b>-63</b>	<b>1.011.001</b>	<b>457.428</b>	<b>98.189</b>	<b>-90</b>	

**Nota:**

- a) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.2.1 - Água (saldo credor de 455,67 Euros).
- b) Foi incluído saldo devedor da conta Compras no valor de 7.293,67 Euros. Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.6.5 - Material Diverso (42.598,88 Euros) e do saldo da conta Compras.
- c) Foram assumidas as amortizações do PSF.
- d) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência de 40.296,00 Euros (da conta 71.3.1.3 - Concessão de Exploração), referentes às rendas do parque edício, para Proveitos Financeiros.

### 2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (17%) da previsão do PSF, fundamentalmente, pelos efeitos da sazonalidade e periodicidade dos respectivos proveitos.

O proveito registado em “**Venda de mercadorias**” (26.905,49 Euros), rubrica não prevista no PSF, corresponde à alienação de habitação social. Em 2009, um proveito da mesma natureza (no valor de, aproximadamente, 20.000 Euros) foi registado na conta de Proveito e Ganhos Extraordinários.

A rubrica “**Prestação de serviços**” está em linha com a previsão.

Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma tendência para o aumento de 33% até Agosto de 2011 face ao previsto no PSF.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**”, verifica-se um valor de 8% abaixo do estimado no PSF devido, no seu essencial, à redução das transferências do Estado.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**”, até ao fim de Agosto de 2011, ainda não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à implementação da contabilidade analítica ainda estar numa fase embrionária.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 72%, devido ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 111.383 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2011.

Por outro lado, ainda não foi obtida a receita referente à concessão da exploração solar (previsto no PSF 230.000 € no ano 2011).

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” são muito inferiores aos do PSF (decréscimo de 43%) devido ao facto de ainda não ter sido obtida a receita referente à produção solar (previsto no PSF 10.000 € no ano 2011) e florestal (previsão de 8.000 Euros em 2011). No que diz respeito às rendas do parque eólico foram obtidos 40.296 Euros (previsto no PSF 85.850 € na totalidade do ano de 2011).

## 2.2.2 CUSTOS

Na rubrica “**Custo dos Produtos**” verifica-se uma quebra de 77% após a correcção por transferência da conta Material Diverso para fornecimentos e serviços terceiros.

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” podemos verificar um valor percentual excedente de 21% face ao previsto, tendo por base o seguinte:

- incremento dos “Trabalhos Especializados” devido à aquisição de serviços a terceiros, ao aumento das tarifas de recolha de efluentes e ao acréscimo de caudais recebidos nas Etars (em virtude da pluviosidade agravada que se verificou na última estação de chuvas);
- incremento do custo suportado com electricidade e combustíveis;
- aumento do custo com serviços prestados pelas Águas de Trás-os-Montes para o fornecimento de água ao concelho.

Assim, o crescimento significativo dos **preços unitários de bens e serviços** essenciais para o Município (acima das taxas de inflação prevista e real), conforme foi referido anteriormente, teve forte impacto na evolução negativa dos fornecimentos e serviços externos. O quadro seguinte retrata a situação descrita:

### MUNICIPIO DE ALFÂNDEGA DA FE AUMENTO PREÇOS UNITÁRIOS DE 2009 A 2011

Produto	Ano	%
Abastecimento Agua	2009/2010	21,00
Recolha de Efluentes	2009/2010	21,00
Energia Eléctrica	2009/2010	2,90
Abastecimento Agua	2010/2011	5,00
Recolha de Efluentes	2010/2011	5,00
Energia Eléctrica	2010/2011	3,80
Abastecimento Agua	média anual	13,00
Recolha de Efluentes	média anual	13,00
Energia Eléctrica	média anual	3,35
Taxa inflação PSF		1,00
Taxa inflação real (Fonte: Banco Portugal)	2009/2010	1,40

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” estão um pouco abaixo (7%) das previsões efectuadas (evolução a confirmar em relatórios posteriores), porque não foi ainda contabilizada a parte proporcional do subsídio de natal de 2011.

Relativamente às “**transferências e subsídios correntes**” estão 36% abaixo da previsão do PSF, evolução a confirmar em relatórios posteriores.

Importa notar a existência dos “**Outros custos de exploração**”, não previstos no PSF, no seu essencial respeitantes a programas ocupacionais subsidiados (59.538,10 Euros).

A rubrica dos “**custos extraordinários**” apresenta um valor 36% inferior ao previsto devido, essencialmente, à não contabilização da cobertura de prejuízos (aplicação do princípio da especialização dos exercícios) das empresas municipais de 2011. **Este registo contabilístico, previsivelmente, apenas será efectuado no fim de 2011** (544.000 Euros foi o valor estimado no PSF para o ano de 2011, relativo à EDEAF).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” estão em linha com a previsão do PSF.

### **2.2.3 RESULTADOS**

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **diminuição dos resultados operacionais** até Agosto de 2011, em virtude da diminuição das transferências e subsídios obtidos (**e pelo facto de ainda não terem sido contabilizados os trabalhos para a própria entidade**) e do aumento dos fornecimentos e serviços de terceiros.

Os **resultados líquidos** ressentiram-se da já referida redução dos resultados operacionais e da ligeira quebra nos resultados financeiros.

## 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3  
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 8-2011 (anualizado)	Real 8-2011	% Desvio
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1.624.868	421.164	-74
Total receitas Orçamentais	6.509.226	6.240.959	-4
Receitas Correntes	3.508.189	3.290.430	-6
Receitas de Capital	2.998.260	2.945.529	-2
Receitas Outras	2.777	5.000	80
Operações de Tesouraria		446.547	-
Total Geral	8.134.094	7.108.671	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	7.592.472	6.233.409	-18
Despesa corrente	3.496.533	3.714.784	6
Despesa de Capital	4.095.939	2.518.625	-39
Operações de Tesouraria		512.164	-
Saldo para a gerência seguinte	541.623	363.098	-33
Total Geral	8.134.094	7.108.671	

O valor das receitas correntes está abaixo do estimado em virtude, nomeadamente da diminuição das transferências correntes. A receita de capital, que inclui 300.000,00 Euros do empréstimo de saneamento financeiro, está em linha com o previsto.

Assim, a despesa corrente está acima da previsão efectuada devido ao pagamento de dívida arrastada com a parte do empréstimo de saneamento atrás referido, enquanto a de capital é muito inferior ao previsto no PSF.

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da **análise tendencial** efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2010	2010	2010	2011	8-2011	8-2011
		PSF	Real	Real corrigido	PSF	Real	Real corrigido
FUNDO DE MANEIO	€	1.092.123	1.246.456	1.246.456	718.177	-724.889	-724.889
LIQUIDEZ GERAL	%	3	2	2	2	1	1
SOLVABILIDADE	%	41	51	23	49	46	18
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	29	34	18	33	31	15
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	101	102	102	94	92
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	115	115	30	207	207
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	30	39	39	30	78	84
CASH FLOW	€	1.711.986	910.846	910.846	1.370.240	457.428	457.428

**Nota:**

a) O cash-flow apresentado na coluna "2011 PSF" é o valor anualizado a 31/8/2011.

Da análise do mapa anterior, que está influenciado pelas dívidas que deviam ter sido contabilizadas em 30/04/2010 (data de referência do saneamento financeiro), no valor aproximado de 1.600.000 Euros, podemos destacar o seguinte:

- Tendência desfavorável dos rácios de liquidez geral e do fundo de manei;
- Prazo médio de pagamento superior ao esperado;
- Prazo médio de recebimento acima do previsto;
- Tendência desfavorável no Cash-Flow face ao PSF.

**Mapa 5**  
**Endividamento Municipal**

Data	Limite Endividamento		Endividamento - Município		Endividamento - Consolidado		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.		
	Líquido	M LP	Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP	
	1	2	3	4	5	6		7	8=1-5	9=2-6
2010	Saneamento 31/12/2010	7.580.417,65	6.064.334,12	13.011.973,59	14.361.969,39	13.575.027,06	14.361.969,39	3.812.479,39	-5.994.609,41	-8.297.635,27
	Real 31/12/2010	7.858.733,90	6.286.987,12	13.516.970,35	14.117.287,94	13.516.970,35	14.117.287,94	3.816.346,92	-5.658.236,45	-7.830.300,82
2011	Saneamento 31/12/2011	7.886.679,64	6.309.343,71	12.745.805,41	13.746.793,48	13.017.938,88	13.746.793,48	3.375.370,46	-5.131.259,24	-7.437.449,77
	Real 31/8/2011	7.994.049,88	6.395.239,90	14.331.005,01	13.880.779,87	14.581.005,01	13.880.779,87	3.676.244,25	-6.586.955,14	-7.485.539,97
	Real 31/8/2011 (art.º 53.º OE) b)	2.668.170,00	1.594.424,00	14.331.005,01	13.880.779,87	14.581.005,01	13.880.779,87	3.676.244,25	-1.912.835,01	-3.286.355,87

**Nota:**

a) O Endividamento Líquido consolidado inclui o nível de endividamento da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011.

Da apreciação do mapa supra, verificou-se que o excesso de Endividamento Líquido, em 31/08/2011 (real), está acima da previsão do PSF (embora, em 31/12/2011). No que diz respeito ao endividamento de médio e longo prazo o excesso é maior do que o estimado em virtude de estarmos analisar as contas de Agosto de 2011 (na realidade ainda não foram efectuados os reembolsos dos empréstimos de médio e longo prazo entre 1/9/2011 e 31/12/2011).

Porém, de acordo com o previsto pelo artigo 53 do Orçamento de Estado de 2011 (devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências para os Municípios) os limites do endividamento são calculados com base nos respectivos endividamentos em 30 de Setembro de 2010 (corrigido do valor previsível de retenção de 10% do excesso de endividamento líquido).

Assim, o excesso de endividamento líquido, no valor de 6.586.955,14 Euros, verificado em 31/8/2011, converte-se num excesso de apenas 1.912.835,01 Euros, na mesma data. A diferença em relação ao último relatório semestral decorre, principalmente, dos efeitos da contabilização do aumento de capital social na Alfandegatur (para abatimento do passivo desta), do investimento realizado não participado e ainda da regularização da contabilização de subsídios ao investimento a receber.

De qualquer modo, parece existir uma tendência favorável para o cumprimento do endividamento líquido nesta data, se tivermos em conta que o valor aproximado de

1.600.000,00 Euros, **que não foi considerado na data de referência do saneamento financeiro (30/04/2011)**, é superior à diferença entre os valores previstos no PSF (para 31/12/2011) e o real de 31/08/2011.

Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 7.485.539,97 Euros converte-se num excesso de, apenas, 3.286.355,87 Euros naquela data.

Saliente-se, no entanto, que este **aumento dos limites de endividamento, de acordo com o artigo 53.º do OE, e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício legal que não vem melhorar a situação financeira dos Municípios.**

### 3 CONCLUSÃO

Os resultados económicos, o cash flows e o nível de endividamento neste semestre, estão influenciados por diversas vicissitudes, pelo que não reflectem claramente, e de imediato, a preocupação do executivo municipal em cumprir com os objectivos do PSF.

No sentido dessa clarificação, foi apurado e já contabilizado o valor aproximado de 1.600.000,00 Euros (que contribuiu, manifestamente, para o aumento do endividamento líquido, até ao momento), correspondente ao somatório das dívidas que deviam ter sido consideradas na data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010). O referido valor deverá ser financiado, na totalidade, com o recurso a um reforço do empréstimo de saneamento financeiro, o que permitirá, não só, transformar aquele passivo de curto prazo em médio e longo prazo, como também, reajustar os objectivos do PSF, nomeadamente, quanto à diminuição anual progressiva dos níveis de endividamento.

Acresce que, não obstante a alteração dos pressupostos que serviram de base à elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente, a diminuição das transferências anuais do Estado, a diminuição de algumas receitas próprias dos Municípios (taxas municipais) e o aumento, (acima da inflação prevista e real), dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, electricidade, etc.), o executivo municipal está a tomar todas as medidas de saneamento financeiro previstas e que são exigidas, após o visto do Tribunal de Contas, durante toda a vida do empréstimo, (de acordo com o n.º 1 e 2 do art. 4º do referido DL), embora as mesmas não tenham efeito imediato.

Saliente-se que é o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira pela redução das transferências, não atendendo ao processo de saneamento financeiro em curso. Isto é, a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução, quer das receitas próprias quer dos preços do mercado dos bens e serviços consumidos.

Porém, devido à grave crise económica e financeira nacional (que provocou a redução das transferências para os Municípios), o Estado veio aumentar os limites de endividamento

(previsto no artigo 53.º do Orçamento de Estado de 2011), **tentando ignorar a raiz do problema que originou a quase ruptura financeira da maioria dos Municípios.**

No entanto, face adversidades anteriormente referidas e às expectativas económico financeiras nacionais, europeias e mundiais sombrias, o executivo de Alfandega da Fé vai reforçar as medidas económicas e financeiras, que incluem um controle rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e comparticipados), para que seja atingido, o mais breve possível, o equilíbrio das finanças municipais.